



REPÚBLICA DE ANGOLA

Embaixada da República de Angola na República Portuguesa

RESENHA DE IMPRENSA ANGOLANA

24 de Setembro de 2025

Elaborado por: Serviços de Imprensa

Av.ª da República nº68, 1069-213
Lisboa - Portugal
Telf.: (+351) 965902180 / (+351) 217967041
Gab CMD: (+351) 210405189
gab.emb@embangolapt.org



mirex.gov.ao
Ministério das Relações Exteriores

Discurso proferido pelo Chefe de Estado no debate da 80.^a Assembleia Geral das Nações.

O Presidente da República de Angola e Presidente em exercício da União Africana, João Lourenço, proferiu, esta terça-feira, o seu discurso no debate da Assembleia Geral das Nações Unidas.

Eis o discurso na íntegra:

“Sua Excelência António Guterres, Secretário-Geral das Nações Unidas,

Sua Excelência Annalena Baerbock, Presidente da 80.^a Assembleia Geral,

Excelentíssimos Senhores Chefes de Estado e de Governo,

**Distintos Delegados,
Minhas Senhoras, Meus Senhores,**

Encontro-me aqui perante Vossas Excelências, na minha qualidade de Presidente da República de Angola e na de Presidente pro- tempore da União Africana, para falar do meu país, das nossas percepções sobre a evolução dos acontecimentos que se registam neste nosso mundo cada vez mais conturbado e abordar também as questões que dizem respeito à África, este continente que mobiliza as nossas energias e forças, para encontrarmos as soluções para o fazer despertar de uma vez por todas para o desenvolvimento.

Permitam-me que felicite Sua Excelência Annaleana Baerbock, pela sua eleição ao alto cargo de Presidente da

Assembleia Geral das Nações Unidas, convencido de que a sua experiência e os conhecimentos que acumulou ao longo das diferentes funções que exerceu com grande mestria, vão assegurar o êxito do trabalho que assumiu desde o início deste mês de Setembro.

Felicito igualmente o seu antecessor, Sua Excelência Philémon Yang, pela forma assertiva como dirigiu a Assembleia Geral no último ano, em que colocou todo o seu empenho para fazer funcionar este órgão com louvável eficiência, facto que é merecedor do reconhecimento de todos nós, pelos resultados positivos alcançados no decurso do seu mandato.

Não posso deixar de mencionar Sua Excelência António Guterres, Secretário-Geral das Nações Unidas, pelo papel que tem sabido desempenhar com um grande sentido de compromisso, em que subjaz a sua apreciável qualidade de homem de diálogo e de paz, no meio das complexidades geopolíticas actuais.

**Sra. Presidente,
Excelências,**

Transcorreram 80 anos desde que, por imperativos dessa época, um conjunto de países e seus respectivos líderes tomaram a sábia decisão de fundar a Organização das Nações Unidas, que vem conseguindo, desde então, entre momentos mais tumultuosos e outros não tanto assim, desempenhar o seu grande papel de manter a paz e a estabilidade mundial, contribuir para o desenvolvimento da Humanidade, para a preservação e o aprofundamento do respeito pelos Direitos Humanos.

Esta é uma grande conquista dos povos do nosso planeta que não pode ser descurada e nem subestimada por nenhum poder, por líderes políticos ou outros, sob pena de, na base da

exacerbação de visões e interesses egocêntricos, deitarmos a perder os benefícios da paz que nos foram legados por mulheres e homens que, ao longo do tempo, nos conduziram até aqui num ambiente de harmonia e de conciliação global.

Este percurso nem sempre foi feito de forma linear, mas nos momentos mais críticos a sensatez sobrepôs-se aos piores impulsos de uma conflagração de grande escala, tendo isto sido possível pelo diálogo contínuo como o único factor capaz de aplanar divergências, superar obstáculos e serenar os espíritos mais conturbados e belicosos.

Nos dias de hoje, estas lições do passado têm um inestimável valor e devem ser as únicas referências a guiar-nos para caminhos que nos levem à solução dos conflitos em África, na Europa, no Médio-Oriente, na América Latina, na Ásia e onde quer que eles existam.

No contexto incerto em que estamos a celebrar o 80º aniversário das Nações Unidas, o tema “Melhor Juntos: 80 Anos e Mais, para a Paz, o Desenvolvimento e os Direitos Humanos”, ganha uma dimensão que nos convida a reflectir sobre o significado profundo do apelo da Senhora Presidente da Assembleia Geral à renovação do multilateralismo e da acção solidária, dentro de um quadro de acções comuns e complementares executadas por uma ONU mais ágil, eficaz e responsável, tal como concebido no roteiro Initiative80 do Secretário-Geral.

Diante destas perspectivas, é urgente que revitalizemos as Nações Unidas e que a façamos sair da intrincada situação em que se encontra, para resgatarmos o papel activo que sempre exerceu e que foi de utilidade inegável, para que durante a Guerra Fria não nos sentíssemos tão próximos de uma

conflagração global como ocorre neste momento, com a grande dissonância que se verifica nas relações internacionais.

As principais potências mundiais tendem a caminhar de costas voltadas umas para as outras, distanciando-se dos pontos de convergência mínimos que as fariam manter-se vinculadas ao compromisso de privilegiar primordialmente o diálogo e a concertação.

Os desafios de hoje colocam-nos diante da escolha entre fazer tudo para preservar a paz ou enfrentar a guerra com todas as suas consequências e assim comprometermos o futuro da Humanidade.

Aquelas potências mundiais que no passado jogaram um papel crucial para a libertação da Europa e dos europeus das garras do nazismo, do fascismo e também para a libertação de África e dos africanos do regime do apartheid da África do Sul, não podem comportar-se hoje de forma diferente, agredindo outros países, invadindo e anexando territórios alheios, nem mesmo financiar e organizar a subversão que pode levar ao derrube de governos legítimos, como constatamos actualmente no nosso próprio continente.

Com este precedente perigoso, nenhuma instituição regional, continental ou mundial, terá, daqui para frente, autoridade moral para chamar à razão a qualquer Estado violador dos princípios que regem a Carta das Nações Unidas e o Direito Internacional.

Nós, os africanos de países colonizados durante vários séculos, percebemos melhor do que ninguém a importância da paz, por termos de fazer face diariamente à luta para levar alimentos às pessoas, água potável, saúde, educação e outros bens essenciais fundamentais, o que gera uma sensibilidade

especial sobre a incidência nefasta da insegurança e da instabilidade sobre a realização dos nossos objectivos e projectos de desenvolvimento.

Esta realidade agrava-se ainda mais com os múltiplos conflitos e guerras que assolam países e regiões do mundo, de onde esperávamos encontrar cooperação e um intercâmbio frutuoso, a fim de superarmos as nossas dificuldades e contribuirmos com os nossos imensos recursos e capacidades para a prosperidade mundial.

É nesta base que a República de Angola tem procurado prestar uma contribuição honesta e genuína à solução do conflito na região do Sahel, no Sudão e no Leste da República Democrática do Congo, relativamente ao qual as nossas diligências criaram um quadro negocial com soluções de paz que lamentavelmente não se concretizaram em Dezembro de 2024 como era expectável, mas que se mantêm como uma plataforma válida para outros esforços que vêm sendo envidados com o propósito de se pôr um fim definitivo a esse conflito.

**Sra. Presidente,
Excelências,**

Este conflito e tantos outros de que temos memória são, em grande medida, consequência da passividade dos Estados-Membros das Nações Unidas, que se têm revelado muitas vezes inoperantes face às invasões de territórios terceiros e às interferências na ordem interna de países soberanos, que ocorreram nestes últimos anos e que, por não terem merecido uma reação firme, inflexível e assertiva, tornaram-se em factos consumados que estão no epicentro das grandes tensões que se vivem actualmente no mundo.

As consequências disso estão patentes aos nossos olhos no Médio-Oriente, onde o incumprimento sistemático das

pertinentes resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre a criação do Estado da Palestina mantém aceso um conflito que se agrava todos os dias e que parece não ter um fim à vista face à desproporcional e violenta acção de resposta e retaliação de Israel, que tendo direito à sua existência como um Estado e a exigir a libertação dos ainda reféns do trágico 7 de Outubro, não se lhe pode contudo permitir que desenvolva na Palestina e particularmente na faixa de Gaza uma política de extermínio de um povo.

O povo palestino, que não pode ser confundido com o HAMAS, porque não há povos e muito menos crianças terroristas, tem exactamente o mesmo direito a um Estado independente e soberano, onde possa fazer valer a sua cultura, cuidar do seu futuro e abrir perspectivas previsíveis e seguras para a sua juventude.

As preocupações em torno deste conflito assumem uma escala ainda maior diante do silêncio, das hesitações e das reacções tímidas da comunidade internacional, que parecem legitimar a expansão da guerra para os países da região, corroendo inexoravelmente a autoridade das Nações Unidas.

Nada pior do que a exclusão da delegação da Palestina a este fórum onde teria o direito de fazer ouvir a sua voz como Estado-Membro, à luz dos termos do Acordo de Sede.

A não garantia da presença do Presidente da Autoridade Palestina nesta Assembleia Geral emite um sinal muito negativo, pois encoraja a continuação do genocídio a que todos assistimos impotentes e impunemente, adia a resolução do problema e complica os esforços que vêm sendo envidados para se pôr termo a esse intrincado conflito.

Condenamos veementemente esta posição unilateral, contrária aos princípios que regem as Nações Unidas, da

mesma forma que apelamos ao levantamento sem condições do injusto e prolongado embargo contra Cuba, que tem consequências graves sobre a economia e as condições de vida do povo cubano, que luta diariamente para resistir a uma punição que é rejeitada pela comunidade internacional.

Cuba, que desempenhou um importante papel na luta dos povos africanos, que levou ao derrube do regime racista e desumano do apartheid na África do Sul e que, por este facto, foi parte signatária do Acordo de Paz de Nova Iorque de 22 de Dezembro de 1988, que trouxe a liberdade ao povo sul africano e levou à Independência da Namíbia, não pode ser considerada, de forma arbitrária e unilateral, como um Estado patrocinador do terrorismo, à luz das relevantes resoluções das Nações Unidas.

Este modelo de actuação de um pequeno grupo de países, que não se ajusta aos padrões de convivência global minimamente aceitáveis, está na origem das sanções unilaterais e subjectivas aplicadas ao Zimbabwe e à Venezuela, que nenhum outro resultado produz que não seja o sofrimento das populações que, num acto de elevado patriotismo, acabam por se unir em defesa das suas nações.

**Sra. Presidente,
Excelências,**

A autoridade desta nossa organização, que tem como fonte a Carta das Nações Unidas e o Direito Internacional, deve ser resgatada com urgência, sem narrativas que deixem sobressair a lógica de dois pesos e duas medidas, para que se busquem soluções justas para a guerra na Ucrânia, ou que se reforcem as que estão em perspectiva desde a reunião do Alasca.

Sendo a Ucrânia um país europeu, depois que o Presidente Trump teve o pragmatismo de se encontrar com o Presidente Putin, sem prejuízo da necessidade de haver negociações directas entre a Rússia e a Ucrânia, seria de se esperar que os líderes europeus procurassem, no interesse da paz e segurança da Europa, igualmente dialogar não só com o Presidente Zelensky, como também com o Presidente Putin.

Não nos podemos dar ao luxo de desperdiçar esta oportunidade, sob pena de, em caso contrário, virmos a assistir a uma escalada com proporções e consequências imprevisíveis não só na Europa, onde as forças vivas devem abandonar os perigosos cálculos assentes na ideia da vitória militar com base na fragilização das capacidades adversárias.

É diante das dificuldades actuais e da crise que o mundo atravessa que a ONU deve ressurgir e passar a ser mais actuante para evitar que se dilua o seu papel como principal entidade de governação global e se transforme numa instituição incapaz de assegurar a paz mundial, sendo nossa responsabilidade, como Estados e Nações soberanas, não a deixar succumbir.

As Nações Unidas, na sua forma actual, é a única organização com capacidade para agir em nome de todos nós em busca de consensos mundiais a favor da paz e com legitimidade de chamar à razão os Estados-Membros que desvirtuam os seus fundamentos na forma como actuam na cena internacional.

Por isso, devemos preservá-la a todo o custo e adaptá-la às realidades do mundo contemporâneo na base de reformas que se impõem com urgência.

Neste aspecto muito particular, defendo a reforma do Conselho de Segurança nos termos da posição comum

africana, plasmada no Consenso de Ezulwini e na Declaração de Sirte, adotados há vinte anos e que preveem dois assentos permanentes e cinco não permanentes para o continente africano num Conselho de Segurança alargado, mais representativo e consentâneo com a realidade geopolítica contemporânea.

Sem este passo imprescindível, que já leva um atraso dificilmente justificável, não poderemos assegurar a concretização do Pacto para o Futuro adotado no ano passado, o qual reconheceu a necessidade urgente de se dotar as Nações Unidas de um Conselho de Segurança mais democrático e equilibrado.

Este Pacto tem a virtude de se constituir numa grande oportunidade para se revitalizar o multilateralismo, tornando-o mais abrangente, para funcionar como uma base de sustentação alargada de discussões a respeito dos temas sensíveis do mundo actual de que destaco, de entre outros também relevantes, as questões sobre o financiamento para o desenvolvimento e o desafio climático.

Sobre matérias relativas ao apoio ao desenvolvimento, há muito que discutir, mas também é justo que se dê realce aos passos recentes que foram dados com a adoção do Compromisso de Sevilha, alcançado na 4ª Conferência sobre o Financiamento para o Desenvolvimento, no âmbito do qual se preconiza a reforma urgente das Instituições Financeiras Internacionais, de modo a torná-las mais representativas, inclusivas e capazes de atender as ingentes necessidades dos países em vias de desenvolvimento, especialmente os de África.

Estou em crer que este instrumento, associado ao Pacto do Futuro, à Convenção Fiscal das Nações Unidas e à Convenção da Dívida das Nações Unidas, ainda em discussão,

funcionarão em conjunto como uma plataforma de cariz político, financeiro e normativo, que dará um impulso significativo à concretização dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável.

**Senhora Presidente,
Excelências,**

É essencial que encaremos a crise climática como a maior ameaça existencial do nosso tempo e perante a qual só atingiremos resultados agindo juntos, coordenados e solidários.

À luz do agravamento contínuo do aquecimento global e das catástrofes naturais cada vez mais violentas e frequentes, tornou-se imperioso que as nações que mais benefícios tiraram do desenvolvimento industrial e económico no passado, assumam plenamente a sua responsabilidade histórica, garantindo, num gesto de justiça climática, financiamento adequado, transferência de tecnologia e apoio à adaptação e mitigação para os países em vias de desenvolvimento.

Os países que têm uma participação residual nas emissões de gases de efeito estufa são os que enfrentam, de forma desproporcional e praticamente sós, os impactos das alterações climáticas, do aquecimento global e dos seus efeitos devastadores sobre a agricultura, a segurança alimentar e a saúde pública.

Perante tais evidências e as responsabilidades que daí decorrem, Angola mantém-se comprometida com o Acordo de Paris e com a implementação de medidas de adaptação e mitigação, alinhadas à Agenda 2030 das Nações Unidas e à Agenda 2063 da União Africana, que consagram o consenso sobre a mobilização de financiamento climático previsível e

acessível, destinado a garantir uma transição energética justa e capaz de proteger as comunidades mais vulneráveis.

Esta temática transversal, que exige uma postura de responsabilidade cada vez mais acentuada, quer no âmbito das agendas públicas como nas das grandes corporações industriais, merecerá a devida atenção na Cimeira sobre o Clima COP30 a ter lugar proximamente no Brasil, que acolhe pela segunda vez um evento desta magnitude, ilustrando bem o compromisso e o engajamento deste país com as questões ambientais.

No ano de 1992 no Rio de Janeiro, inaugurou-se a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, o paradigma que se revelou de grande utilidade para discussões cada vez mais profundas que se mantêm até hoje e que, seguramente, na Conferência que se avizinha, nos permitirá a todos dar mais um passo em frente neste longo caminho que teremos que percorrer para atingirmos os grandes objetivos sobre o clima, almejados pela Humanidade.

Excelências,

Volvidos 80 anos desde a fundação das Nações Unidas e após o fim da Guerra Fria, a nossa expectativa era a de que estivéssemos a viver num mundo sem as incertezas actuais e não tão perigoso quanto observamos nos dias que correm.

Vivíamos até ao ano de 1991 num contexto de uma acentuada divisão entre dois blocos ideologicamente opostos, que oferecia, no entanto, um quadro de leitura mais previsível e menos susceptível de deslizar para uma confrontação de grande escala.

Esta retrospectiva não nos deve remeter para a ideia de que a estabilidade mundial só é possível num quadro de rígidas divisões, seja de que natureza for, mas sim para a

construção de um quadro de equilíbrio de interesses e de preocupações partilhadas sobre matérias respeitantes à segurança global, capaz de gerar a complementaridade e convergências de todo o tipo, num ambiente de multilateralismo que será a única via capaz de nos salvar de uma hecatombe. (J.A.)++++

“A ONU deve ressurgir e passar a ser mais actuante para evitar que se dilua o seu papel”

O Chefe de Estado e Presidente da União Africana, João Lourenço, defendeu, terça-feira, em Nova Iorque, Estados Unidos da América, a revitalização das Nações Unidas e a sua retirada do que chamou de “intrincada” situação em que se encontra, para resgatar o seu papel de liderança activa.

João Lourenço lançou o apelo durante o discurso na sessão plenária da 80.^a Assembleia Geral das Nações Unidas, aberta, como manda a tradição, pelo Brasil, seguido dos Estados Unidos da América.

As dificuldades e a crise que o mundo atravessa neste momento, disse, devem servir de mote para a ONU ressurgir e passar a ser mais actuante, evitando, deste modo, que o seu papel como principal entidade de governação global se dilua.

O estadista angolano esclareceu que a ideia é evitar que a ONU se transforme numa instituição incapaz de assegurar a paz mundial, tendo, por isso, sublinhado que é da responsabilidade dos Estados-membros evitar que tal aconteça.

“As Nações Unidas, na sua forma actual, é a única organização com capacidade para agir em nome de todos nós, em busca de consensos mundiais a favor da paz e com legitimidade de chamar à razão os Estados-membros que desvirtuam

os seus fundamentos na forma como actuam na cena internacional”, declarou.

O líder da UA advertiu que sem este passo “imprescindível”, que disse já levar um atraso, não vai ser possível assegurar a concretização do Pacto para o Futuro, adoptado no ano passado, que reconheceu a necessidade urgente de se dotar as Nações Unidas de um Conselho de Segurança mais democrático e equilibrado.

“Este Pacto tem a virtude de se constituir numa grande oportunidade para se revitalizar o multilateralismo, tornando-o mais abrangente, para funcionar como uma base de sustentação alargada de discussões a respeito dos temas sensíveis do mundo actual, de que destaco, de entre outros também relevantes, as questões sobre o financiamento para o desenvolvimento e o desafio climático”, frisou.

O Presidente João Lourenço aproveitou a ocasião para reiterar a reforma do Conselho de Segurança, nos termos da posição comum africana, plasmada no Consenso de Ezulwini e na Declaração de Sirte.

“Diante destas perspectivas, é urgente que revitalizemos as Nações Unidas e que a façamos sair da intrincada situação em que se encontra, para resgatarmos o papel activo que sempre exerceu e que foi de utilidade inegável, para que durante a Guerra Fria não nos sentíssemos tão próximos de uma conflagração global como ocorre neste momento, com a grande dissonância que se verifica nas relações internacionais”, aclarou.

João Lourenço lamentou o facto de as principais potências mundiais tenderem a caminhar de costas voltadas umas para as outras, distanciando-se dos pontos de convergência mínimos, que as fariam manter-se vinculadas ao

compromisso de privilegiar primordialmente o diálogo e a concertação.

“Volvidos 80 anos desde a fundação das Nações Unidas e após o fim da Guerra Fria, a nossa expectativa era a de que estivéssemos a viver num mundo sem as incertezas actuais e não tão perigoso quanto observamos nos dias que correm”, alertou.

Condenação sobre invasões e anexação de territórios

Ressaltou que aquelas potências mundiais, que no passado jogaram um papel crucial para a libertação da Europa e dos europeus das garras do nazismo, do fascismo e, também, para a libertação de África e dos africanos do regime do apartheid da África do Sul, não podem comportar-se, hoje, de forma diferente, agredindo outros países, invadindo e anexando territórios alheios, nem mesmo financiar e organizar a subversão que pode levar ao derrube de governos legítimos, “como constatamos, actualmente, no nosso próprio continente”.

Com este precedente “perigoso”, o estadista angolano alertou que nenhuma instituição regional, continental ou mundial terá, daqui para frente, autoridade moral para chamar à razão a qualquer Estado violador dos princípios que regem a Carta das Nações Unidas e o Direito Internacional.

“Nós, os africanos de países colonizados durante vários séculos, percebemos melhor do que ninguém a importância da paz, por termos de fazer face, diariamente, à luta para levar alimentos às pessoas, água potável, saúde, educação e outros bens essenciais, o que gera uma sensibilidade especial sobre a incidência nefasta da insegurança e da instabilidade sobre a realização dos nossos objectivos e projectos de desenvolvimento”, ressaltou.

João Lourenço frisou que esta realidade se agrava, ainda mais, com os múltiplos conflitos e guerras que assolam países e regiões do mundo.

O Chefe de Estado disse ser nesta base que Angola tem procurado prestar uma contribuição honesta e genuína à solução do conflito na região do Sahel, no Sudão, e no Leste da RDC, onde avançou que as diligências levadas a cabo criaram um quadro negocial com soluções de paz que, “lamentavelmente”, não se concretizaram em Dezembro de 2024, como era expectável, mas que, apesar disso, se mantém como uma plataforma válida para outros esforços que vêm sendo enviados com o propósito de se pôr um fim definitivo a este conflito.

Consequência da passividade dos Estados-Membros da ONU.

Para o estadista angolano, este conflito e tantos outros de que se tem memória, são, em grande medida, consequência da passividade dos Estados-membros das Nações Unidas, por se terem revelado, muitas vezes, inoperantes face às invasões de territórios terceiros e às interferências na ordem interna de países soberanos.

A título ilustrativo, João Lourenço referiu-se aos actos ocorridos nos últimos anos, que, por não terem merecido uma reacção firme, inflexível e assertiva, disse terem-se tornado em factos consumados, que estão no epicentro das grandes tensões que se vivem actualmente no mundo.

“As consequências disso estão patentes aos nossos olhos.

No Médio Oriente, onde o incumprimento sistemático das pertinentes resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre a criação do Estado da Palestina, mantém

aceso um conflito que se agrava todos os dias e que parece não ter um fim à vista, face à desproporcional e violenta acção de resposta e retaliação de Israel, que, tendo direito à sua existência como um Estado e a exigir a libertação dos, ainda, reféns do trágico 7 de Outubro, não se lhe pode, contudo, permitir que desenvolva na Palestina e, particularmente, na Faixa de Gaza, uma política de extermínio de um povo”, aflo-rou.

O povo palestino, que não pode ser confundido com o Hamas, porque não há povos e muito menos crianças terroristas, prosseguiu o Chefe de Estado, tem o mesmo direito a um Estado independente e soberano.

O líder da UA salientou que as preocupações em torno deste conflito assumem uma escala ainda maior diante do silêncio, das hesitações e das reacções tímidas da comunidade internacional, por parecerem legitimar a expansão da guerra para os países da região, corroendo, inexoravelmente, a autoridade das Nações Unidas.

Num discurso por via do qual convidou para uma reflexão sobre os principais problemas que abalam o mundo, João Lourenço referiu-se, também, à exclusão da delegação da Palestina nesta sessão da Assembleia Geral da ONU.

“A não garantia da presença do Presidente da Autoridade Palestina nesta Assembleia Geral emite um sinal muito negativo, pois encoraja a continuação do genocídio a que todos assistimos impotentes e impunemente, adia a resolução do problema e complica os esforços que vêm sendo envidados para se pôr termo a esse intrincado conflito”, declarou.

João Lourenço condenou, de forma veemente, esta posição unilateral, por ser contrária aos princípios que regem as Nações Unidas. No mesmo instante, apelou ao levantamento,

sem condições, do embargo contra Cuba, lembrando que Cuba desempenhou um importante papel na luta dos povos africanos.

Autoridade da ONU deve ser resgatada com urgência

Para uma melhor resposta aos desafios com os quais o mundo se bate hoje, João Lourenço defendeu o resgate, com urgência, da autoridade da ONU, sem narrativas que deixem sobressair a lógica de dois pesos e duas medidas, para que se busquem soluções justas para a guerra na Ucrânia.

Sendo a Ucrânia um país europeu, depois que o Presidente Trump teve o pragmatismo de se encontrar com o Presidente Putin, sem prejuízo da necessidade de haver negociações directas entre a Rússia e a Ucrânia, o Presidente da UA ressaltou que seria de esperar que os líderes europeus procurassem, no interesse da paz e segurança da Europa, dialogar não só com o Presidente Zelensky, mas, também, com o Presidente Putin.

“Não nos podemos dar ao luxo de desperdiçar esta oportunidade, sob pena de, em caso contrário, virmos a assistir a uma escalada com proporções e consequências imprevisíveis não só na Europa, onde as forças vivas devem abandonar os perigosos cálculos assentes na ideia da vitória militar, com base na fragilização das capacidades adversárias”, alertou.

No domínio do desenvolvimento, saudou o Compromisso de Sevilha, alcançado na 4.ª Conferência sobre o Financiamento para o Desenvolvimento, no âmbito do qual se preconiza a reforma urgente das Instituições Financeiras Internacionais, de modo a torná-las mais representativas, inclusivas e capazes de atender às ingentes necessidades dos países em vias de desenvolvimento, especialmente os de África.

Referiu que este instrumento, associado ao Pacto do Futuro, à Convenção Fiscal das Nações Unidas e à Convenção da Dívida das Nações Unidas, ainda em discussão, funcionarão, em conjunto, como uma plataforma de cariz político, financeiro e normativo, que dará um impulso significativo à concretização dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável.

À semelhança das outras edições da Assembleia Geral das Nações Unidas, João Lourenço voltou a falar da atenção que se deve prestar às questões climáticas, tendo assegurado o compromisso de Angola com o Acordo de Paris e com a implementação de medidas de adaptação e mitigação, alinhadas à Agenda 2030 das Nações Unidas e à Agenda 2063 da União Africana. (J.A.)++++

João Lourenço e Daniel Chapo abordam estado das relações.

O Chefe de Estado, João Lourenço, encontrou-se, terça-feira, em Nova Iorque, Estados Unidos da América, com o seu homólogo de Moçambique, Daniel Chapo, com quem analisou o estado das relações entre os dois países de língua portuguesa.

César EstevesO encontro de trabalho entre os dois Estadistas aconteceu horas antes das suas intervenções na plenária da 80.ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas. O Chefe de Estado manteve, ainda ontem, um outro encontro de trabalho com o chefe do Governo espanhol, Pedro Sánchez.

Na sequência dos contactos diplomáticos encetados ontem, João Lourenço recebeu, em audiência, o presidente do Banco Mundial, Ajaypal Singh Banga.

O Banco Mundial é uma instituição financeira internacional que efectua empréstimos a países em desenvolvimento.

É o maior e mais conhecido banco de desenvolvimento no mundo, além de possuir o estatuto de observador no Grupo de Desenvolvimento das Nações Unidas e em outros fóruns internacionais, como o G-20 financeiro.

A missão do Banco Mundial, cuja sede está em Washington, D.C, é alcançar o duplo objectivo de erradicar a pobreza extrema e de construir prosperidade compartilhada. (J.A.)+++++

“Iniciativa de Desenvolvimento Global é uma mais-valia para acelerar ODS”

A Iniciativa de Desenvolvimento Global (IDG), criada pela China, é uma mais-valia para a revitalização da implementação dos 17 Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas, tendo em conta o conjunto de soluções que oferece para este fim, afirmou, terça-feira, em Nova Iorque, Estados Unidos da América, o Presidente da República.

João Lourenço, que se pronunciou durante a participação no encontro de alto nível sobre a referida Iniciativa, disse que a abrangência das ideias propostas pela IDG é de tal ordem relevante que o seu lançamento estimulou a criação, por cerca de 70 Estados-membros, do Grupo de Amigos da Iniciativa de Desenvolvimento Global nas Nações Unidas, ao qual se juntou, desde então, mais de 100 países, na sua maioria africanos, entre os quais Angola, bem como organizações internacionais.

À margem da 80.^a sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, o Chefe de Estado ressaltou que essa iniciativa constituiu, para Angola, um apelo vibrante e uma valiosa contribuição em favor do multilateralismo, por ter sido formulada, com clareza, por um Estado-membro permanente do

Conselho de Segurança das Nações Unidas, “tradicionalmente” solidário com os países em via de desenvolvimento e alinhado com os interesses do Sul Global.

“À luz da própria trajetória da República Popular da China, nestes últimos 80 anos, esta abordagem prática e abrangente das realidades locais permitiu que um dos países mais populosos do mundo fosse, hoje, um dos que eliminou, totalmente, a pobreza absoluta no seu território”, destacou.

João Lourenço disse que essa meta constitui um feito indiscutivelmente digno de admiração, um caso de estudo, um modelo a partir do qual se pode inspirar, para redefinir os próprios paradigmas e uma indicação de que se deve encarar a referida Iniciativa com a certeza de que a aplicação dos seus princípios pode gerar resultados concretos e benefícios tangíveis.

Nesse contexto internacional “hostil” e em face da ameaça existencial crescente, que tem pesado sobre a ONU, João Lourenço ressaltou que esse tipo de iniciativa vem enriquecer e reforçar o papel e autoridade das Nações Unidas e o quadro normativo já existente.

O Estadista angolano salientou que ela se apoia no resgate de princípios universais, de entre os quais a necessidade de se promover um desenvolvimento inclusivo, em harmonia com o meio ambiente, além de se apoiar na inovação tecnológica e viabilizado por meio do financiamento solidário para o desenvolvimento.

“Por isso, estamos totalmente solidários com a Iniciativa de Desenvolvimento Global da República Popular da China, que nos proporciona um terreno fértil capaz de fomentar a formulação de ideias inovadoras na procura de soluções para

os desafios actuais que temos em comum, como o do clima”, frisou.

João Lourenço apelou para a necessidade de se estar atento em relação às lições do passado, de modo a se agir de forma colectiva, para evitar que o progresso deixe para trás a grande maioria do Sul Global, o que, como ressaltou, iria reflectir-se negativamente no próprio esforço de pleno desenvolvimento global.

“Não podemos continuar a pensar no caminho a seguir num contexto de assimetrias que sempre geram factores de tensão e de desequilíbrio, com reflexos na própria estabilidade mundial”, defendeu João Lourenço, que aproveitou a ocasião para reiterar o compromisso de Angola com os princípios defendidos na Iniciativa de Desenvolvimento Global.

(J.A.)++++

PCA e administradores são ouvidos em tribunal.

O PCA da Administração Geral Tributária (AGT), José Vieira Nuno Leiria, os administradores e os directores do Tesouro e da Unidade da Dívida Pública foram ouvidos, terça-feira, como declarantes do “Caso AGT”, durante a segunda sessão da instrução contraditória, a decorrer no Tribunal da Comarca de Viana. (J.A.)++++

Angola recebe certificado de eficácia na segurança.

Angola recebeu, terça-feira, em Montreal, Canadá, o Certificado em Segurança da Aviação, concedido como reconhecimento do progresso de Angola na implementação de um sistema eficaz de supervisão da segurança da aviação civil e na aplicação dos padrões e práticas recomendadas da organização (SARPs).

De acordo com uma nota do Ministério dos Transportes, o certificado foi entregue à presidente da Autoridade Nacional da Aviação Civil, Amélia Domingues Kuvíngua, pelo presidente do Conselho da Organização da Aviação Civil Internacional (OACI), durante a 42.ª sessão da Assembleia da OACI, que decorre naquela cidade canadiana.

Para o ministro dos Transportes, Ricardo Viegas d'Abreu, “este reconhecimento internacional é um marco histórico para Angola e confirma que o nosso esforço colectivo em reforçar a segurança da aviação está alinhado com os padrões globais mais exigentes. É também um estímulo para continuarmos a implementar políticas sólidas e eficazes nos sectores estratégicos do país.”

Segundo o documento, os resultados obtidos por Angola na auditoria internacional de segurança da aviação civil, realizada entre 16 e 25 de Junho deste ano, foram 83,14 por cento, acima da média africana (66,70 por cento) e da média global (72,01 por cento).

Este resultado, refere, confirma que Angola superou a meta do Plano Global de Segurança da Aviação da OACI, que estabelece os 75 por cento de Implementação Efectiva (IE) dos oito Elementos Críticos avaliados.

“Face à auditoria de 2017 (46,85 por cento), a progressão é significativa e traduz um reforço efectivo do sistema nacional de supervisão da segurança da aviação”, sublinha o Ministério dos Transportes. (J.A.)+++++

Carolina Cerqueira considera diplomacia ferramenta essencial à paz.

A presidente em exercício do Fórum Parlamentar da Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes

Lagos (FP-CIRGL), Carolina Cerqueira, considerou, terça-feira, em Kinshasa, a diplomacia como a “mais poderosa” ferramenta de manutenção da paz, durante a abertura de um encontro interactivo com os embaixadores dos Estados-membros da organização, que marcou o início da sua jornada na República Democrática do Congo (RDC).

Na sua intervenção, a também presidente da Assembleia Nacional sublinhou que a paz e o desenvolvimento sustentável da Região dos Grandes Lagos dependem, igualmente, do dedicado e, por vezes, “invisível labor” dos diplomatas, lembrando que a cooperação deve assentar na confiança mútua, no respeito pela soberania dos Estados e no compromisso de construir um futuro mais estável e próspero para os povos da região.

Ladeada pelo secretário-geral do FP-CIRGL, Deo Mwapinga, que apresentou o quadro geral da organização, Carolina Cerqueira visitou a sede do secretariado da organização, ocasião em que foi assinado um memorando entre os dois responsáveis.

“Reunimo-nos com o corpo diplomático dos países da Região dos Grandes Lagos para aferir os principais desafios e os problemas ao nível da sub-região, para alinharmos o nosso trabalho com as perspectivas governamentais”, afirmou Carolina Cerqueira.

A líder parlamentar destacou que a deslocação à capital congoleza visa, entre outros objectivos, apresentar às autoridades locais o novo secretário-geral, eleito em Luanda, na última reunião da organização.

Carolina Cerqueira apontou a segurança e a resolução pacífica dos conflitos como prioridades para a estabilidade da região.

“A crise humanitária no Leste da República Democrática do Congo e no Sudão são preocupações que temos e, enquanto parlamentares, devemos encontrar pontes e soluções urgentes através da diplomacia parlamentar, em colaboração com os governos”, acrescentou.

A líder do Parlamento angolano e da Região dos Grandes Lagos reconheceu, ainda, o apoio da RDC, que acolhe a sede do Fórum Parlamentar da CIRGL, sublinhando que a diversidade do continente é a unidade que leva ao caminho para a paz, a cooperação e amizade entre os povos.

Em Kinshasa, Carolina Cerqueira dirige uma delegação parlamentar composta pelos deputados Pedro Sebastião, Sérgio Vaz, Rafael Savimbi e Jeremias Mahula, no quadro da presidência do Fórum Parlamentar da CIRGL.

A agenda da líder parlamentar prossegue hoje, último dia da visita oficial, com encontros previstos com o presidente do Senado da RDC, Sama Lukonde, e com o 1.º vice-presidente da Assembleia Nacional congoleza, Isaac Musawu. (J.A.)++++

Presidente João Lourenço: "É urgente que revitelizemos as Nações Unidas"

O Presidente da República, João Lourenço, defendeu, na terça-feira, em Nova Iorque, a revitalização da Organização das Nações Unidas, para que esta saía da "intrincada situação em que se encontra" e volte a desempenhar o papel activo que sempre exerceu e que foi de utilidade inegável.

O Chefe de Estado defendeu esta posição durante o seu discurso na 80.ª Assembleia Geral das Nações Unidas.

"É diante das dificuldades actuais e da crise que o mundo atravessa que as Nações Unidas devem ressurgir e

passar a ser mais actuates para evitar que se dilua o seu papel como principal entidade de governação global e se transforme numa instituição capaz de assegurar a paz mundial", sublinhou.

Segundo João Lourenço, os países africanos colonizados durante vários séculos perceberam melhor do que ninguém a importância da paz, "por termos de fazer a luta diariamente para levar alimentos às pessoas, educação, saúde e outros bens fundamentais". (J.A.)++++

Carolina Cerqueira defende diplomacia e integração regional.

A presidente em exercício do Fórum Parlamentar da Conferência Internacional da Região dos Grandes Lagos (FP-CIRGL), Carolina Cerqueira, defendeu esta terça-feira, em Kinshasa, a diplomacia como a "mais poderosa" ferramenta de manutenção da paz

Carolina Cerqueira falava durante a abertura de um encontro interactivo com os embaixadores dos Estados-membros da organização, que marcou o início da sua jornada na RDC.

Na sua intervenção, a também presidente da Assembleia Nacional sublinhou que a paz e o desenvolvimento sustentável da Região dos Grandes Lagos dependem, igualmente, do dedicado e, por vezes, "invisível labor" dos diplomatas, lembrando que a cooperação deve assentar na confiança mútua, no respeito pela soberania dos Estados e no compromisso de construir um futuro mais estável e próspero para os povos da região. (J.A.)++++

Chefe de Estado reunido com presidente do Banco Mundial.

O Chefe de Estado, João Lourenço, esteve reunido, hoje, em Nova Iorque, com o presidente do Banco Mundial, Ajay Banga. (J.A.)++++

Presidente João Lourenço concede audiência a Chefe do Governo do Reino de Espanha.

O Presidente da República, João Lourenço, concedeu, esta terça-feira, uma audiência ao Chefe do Governo do Reino de Espanha, Pedro Sánchez, em Nova Iorque.

Noutro momento, João Lourenço esteve reunido com o homólogo moçambicano, Daniel Chapo. (J.A.)++++

António Guterres pede compromisso com a paz.

O Secretário-Geral das Nações Unidas, António Guterres, apelou aos Estados-membros da ONU para apostarem mais nos compromissos com a paz, Direitos Humanos e justiça climática. (J.A.)++++

Lula defende conselho para dar forma à acção climática.

O Presidente do Brasil, Luís Inácio Lula da Silva, defendeu a criação de um Conselho vinculativo à Assembleia Geral das Nações Unidas, com poder e legitimidade, para monitorar e dar forma aos compromissos climáticos. (J.A.)++++

Donald Trump acusa ONU de apoiar a imigração ilegal.

O Presidente norte-americano, Donald Trump, afirmou que, em 2024, a ONU gastou 372 milhões de dólares

para apoiar 624 mil migrantes na sua jornada para os Estados Unidos, que se infiltraram na fronteira Sul.

No seu discurso no debate geral da 80.^a sessão da Assembleia Geral da ONU, Trump disse que a ONU deveria impedir invasões e não promovê-las. Ao dirigir-se aos líderes mundiais presentes na Cimeira, refere a Angop, Trump disse ser tempo de acabar com “a experiência falhada das fronteiras abertas”.

Na sequência de críticas às Nações Unidas, Donald Trump referiu que há muitos anos fez uma oferta de 500 milhões de dólares para reconstruir a sede da organização, “mas decidiram seguir outro caminho, que resultou num complexo muito inferior”.

No rol de críticas dirigidas, o Presidente norte-americano questionou o propósito da organização, sublinhando que parece que ela se limita a escrever cartas com palavras fortes, “mas palavras vazias não resolvem guerras”.

Relativamente aos conflitos, o Presidente dos Estados Unidos apelou ao fim da guerra Israel-Hamas e Rússia-Ucrânia. (J.A.)++++

Cantões Suíça: Embaixada alarga actos consulares itinerantes.

A Embaixadora de Angola na Suíça promove o alargamento dos actos consulares itinerantes a outros cantões, em cumprimento das orientações constantes do Plano de Desenvolvimento Nacional 2023-2027, que preconiza o reforço da cidadania e da relação entre o Estado e a diáspora.

Durante o fim-de-semana, a embaixadora na Suíça, Filomena Delgado, trabalhou na cidade de Lausanne, Cantão de

Vaud, onde deu sequência aos actos consulares itinerantes, tendo a actividade decorrida no âmbito das celebrações do 17 de Setembro, Dia do Herói Nacional.

O objectivo, de acordo com uma nota da Embaixada a qual o Jornal de Angola teve acesso, visa aproximar os serviços da missão diplomática às comunidades angolanas residentes na Suíça e no Liechtenstein.

Na ocasião, a embaixadora Filomena Delgado disse que a diáspora constitui, hoje, “um parceiro estratégico no desenvolvimento nacional”, sublinhando que o Executivo angolano, liderado pelo Presidente João Lourenço, valoriza o contributo dos cidadãos no exterior, através da partilha de conhecimento e experiência, bem como do prestígio que conferem à imagem de Angola no mundo.

Durante a jornada consular, os cidadãos tiveram acesso a serviços como emissão e renovação do Bilhete de Identidade (BI), cartões consulares, certificados de registo criminal, recolha de dados para passaporte ordinário e outros actos administrativos. (J.A.)++++

Debate junta mulheres na liderança de partidos.

A presidente do Partido Humanista de Angola (PHA), Bela Malaquias, a vice-presidente do MPLA, Mara Quiosa, e a vice-presidente da UNITA, Arlete Chimbinda, reflectem, amanhã, em Luanda, sobre o papel da mulher na política. (J.A.)++++

Executivo faz avaliação na Huíla de acções da nova divisão política.

O processo de transferência de competências dos órgãos centrais para o Governo local, no quadro da implementação da nova Divisão Político-Administrativa (DPA), está a ser

avaliado, desde ontem, no Lubango, pelo ministro da Administração do Território, Dionísio da Fonseca. (J.A.)++++

Bengo vai produzir mais de um milhão de toneladas de insumos agrícolas em 2026.

A província do Bengo vai produzir mais de um milhão de toneladas de fertilizantes organominerais, com a entrada em funcionamento da primeira linha de produção, a partir de Maio de 2026, anunciou, terça-feira, em Caxito, o secretário de Estado da Indústria e Comércio. (J.A.)++++

Governo assina dois memorandos para produção de grãos e palmares.

O Ministério da Agricultura e Florestas assinou, terça-feira, em Luanda, dois Memorandos de Entendimento que vão permitir implementar projectos agrícolas em larga escala e apostar na exportação do excedente. (J.A.)++++

TAAG retoma ligação Luanda/Guangzhou.

A TAAG vai retomar, brevemente, os voos para a província de Guangzhou, na República Popular da China, anunciou, terça-feira, em Luanda, o administrador Comercial da empresa, Miguel Carneiro. (J.A.)++++

Luanda: Bancários reunidos hoje.

O Sindicato Nacional dos Empregados Bancários (SNEBA) realiza, hoje, em Luanda, um Painel Temático alusivo ao 50º aniversário do “Dia da Banca Nacional”, assinalado a 14 de Agosto.

A iniciativa assinala os 50 anos de existência da Banca Nacional, num marco histórico que coincide com as comemorações do 50º aniversário da Independência.

De acordo com a nota enviada ao Jornal de Angola, o encontro reúne dirigentes do sector financeiro, representantes de organismos públicos e internacionais, especialistas e parceiros estratégicos, num espaço de reflexão sobre os principais desafios e conquistas da Banca Nacional. (J.A.)++++

Turismo promove empregos em Cabinda.

O turismo promove a empregabilidade, gera receitas para as famílias e a economia com impacto directo no Produto Interno Bruto (PIB), contribuindo para o crescimento das empresas do sector a nível da província e do país, disse, segunda-feira, o vice-governador de Cabinda para o sector Económico e Produtivo.

Macário Lembe, que falava no acto provincial de abertura das actividades alusivas ao Dia Mundial do Turismo, disse que o crescimento económico proporcionado pela actividade turística se consubstancia no aumento do PIB Nacional com impacto significativo na melhoria da qualidade de vida das populações.

A província de Cabinda, disse, apresenta um forte potencial no sector do Turismo, que constitui uma oportunidade excepcional de investimento, facto que o torna estratégico no processo da diversificação da economia em curso no país, visando impulsionar o desenvolvimento sócio-económico da região, em particular, e do país, em geral.

Segundo o vice-governador de Cabinda, o Governo da província está empenhado em desenvolver o turismo, apostando fortemente na exploração das potencialidades que a

região apresenta nos seus dez municípios, e procurar adoptar medidas ousadas e inovadoras com o empresariado privado local, a fim de estruturar a oferta turística existente.

Macário Lembe adiantou que as medidas adoptadas pelo Governo Provincial de Cabinda se consubstanciam em apoiar as empresas do sector, incentivar a procura turística e assegurar a satisfação dos turistas.

Na ocasião, a secretária provincial do Comércio, Hotelaria e Turismo, Odete da Cruz, disse que a província de Cabinda dispõe de 24 pontos turísticos inexplorados, devidamente identificados e catalogados, que apesar de desprovidos de infra-estruturas básicas e técnicas, podem atrair operadores económicos interessados em fazer investimentos sustentáveis no sector.

Odete da Cruz destacou a floresta do Maiombe, lagoa de Massabi, as praias e vários sítios históricos, além da gastronomia e das festas populares, entre outros atractivos com pendor turístico, que carecem de maior divulgação para atrair investimentos.

A província de Cabinda conta com 13 hotéis, 24 hospedarias, 26 pensões e 3 aldeamentos turísticos, que, juntos, totalizam 2.603 quartos e 2.770 camas. O sector controla ainda 28 restaurantes, 10 snack-bares, 10 cervejarias, 12 botequins e 5 pastelarias, que empregam cerca de 1500 trabalhadores.

(J.A.)++++

Benguela mantém aposta nas potencialidades turísticas.

O Governo Provincial de Benguela vai continuar a alavancar o turismo desportivo de praia e mar, para divulgação das grandes potencialidades e atracções para turistas nacionais e estrangeiros. (J.A.)++++

Feira Agro-pecuária prevê leiloar 250 cabeças de gado.

A Feira Agro-pecuária, que decorre na cidade do Huambo, de 25 a 28 deste mês, à margem da II edição da Expo-Huambo/2025, prevê leiloar 250 cabeças de gado bovino e outras espécies, entre caprinos e ovinos. (JA)++++

Angola envia mais enfermeiros para estágios curriculares no Brasil.

Um grupo composto por 18 enfermeiros, provenientes das províncias da Lunda-Sul, Cabinda, Cuando, Cubango, Huambo, Bié, Benguela e Bengo, viajam para o Brasil, no âmbito de estágios curriculares.

Este primeiro grupo, explica uma nota de imprensa enviado ao JA Online, integra um contingente total de 50 profissionais de enfermagem, que serão enviados, faseadamente, para estágios curriculares de rotação externa na "terra do samba e do futebol".

A componente de estágio será realizada em instituições académicas e hospitalares de renome internacional, incluindo: Escola Paulista de Enfermagem da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP); Hospital São Paulo(Instituto de Infectologia Emílio Ribas, Centro de Referência DST/HIV/SIDA.

"Estes centros são reconhecidos pela excelência científica e prática na abordagem a doenças infecciosas, constituindo-se como parceiros estratégicos do Governo de Angola neste processo de capacitação técnica", destaca a nota.

A cerimónia oficial de acolhimento e despedida do primeiro grupo de enfermeiros especialistas em Infectologia, no âmbito do Programa Nacional de Formação de Recursos Humanos em Saúde, coordenado pela Unidade de

Implementação do Projecto (UIP), sob tutela do Ministério da Saúde (MINSA), realizou-se, na terça-feira, em Luanda.

A sessão decorreu nas futuras instalações do Ministério da Saúde, num momento marcado por emoção, sentido de missão e elevada carga simbólica.

Marco na Saúde

A nota realça que este marco representa o compromisso contínuo do Executivo angolano com o reforço do capital humano, a melhoria da qualidade dos cuidados prestados e a construção de um sistema nacional de saúde mais robusto e resiliente.

Na sua intervenção, o coordenador da UIP, Job Monteiro, adiantou os desafios e metas do projecto para assegurar a visão do Ministério da Saúde e o cumprimento de todas as componentes estruturantes do programa.

“Estamos mandatados para executar, com rigor e visão estratégica, este programa que constitui uma das principais âncoras da política de desenvolvimento sanitário do país, inserido no Plano Nacional de Desenvolvimento (PND 2023–2027), cujos eixos fundamentais são a formação, valorização e especialização dos profissionais de saúde, em nome da soberania sanitária, do acesso universal e da qualidade no atendimento ao cidadão”, afirmou.

Para o gestor, este momento é um marco histórico na saúde pública em Angola, cuja formação especializada reforça a capacidade do país em dar resposta às doenças infecciosas e posiciona os nossos enfermeiros como protagonistas da mudança.

Compromisso com a pátria

Durante a cerimónia, foram realizadas diversas actividades institucionais, nomeadamente apresentação das normas,

deveres e direitos dos bolsseiros, pela Dra. Lúcia Chicapa, exposição sobre o Código de Conduta e prevenção de acidentes de trabalho, pelas médicas Isabel Gria e Idalina Manuel, orientações financeiras sobre a gestão do subsídio da bolsa de estudo.

No acto, os participantes expressaram, com emoção, o orgulho e responsabilidade como é o caso do enfermeiro David Silvano, tendo sublinhado que "é uma honra fazer parte deste programa e assumo o compromisso claro de regressar e servir melhor o povo angolano". (J.A.)++++

Fundação Ngana Zenza apoia cuidados de saúde.

A Fundação Ngana Zenza, por meio do projecto carruagens da clínica "Tata Uhayele", expressão na língua nacional umbundu que em português significa "Cuide da saúde", realiza, desde terça-feira, uma campanha de prestação de assistência de cuidados primários de saúde ao município da Chicala-Cholohanga, na província do Huambo. (J.A.)++++

Profissionais de medicina tradicional pretendem melhorar indicadores.

A credibilidade da medicina tradicional em Angola depende da capacidade dos seus profissionais de produzir resultados, mostrar impacto na saúde pública, melhorar indicadores e contribuir para o bem-estar colectivo, disse, segunda-feira, em Luanda, o presidente do Conselho Nacional de Medicina Natural - Tradicional de Angola (CONMENTA). (J.A.)++++

Benguela acolhe formação em Reanimação Neonatal de Recém-Nascidos.

O primeiro ciclo de acções de formação em Reanimação Neonatal de Recém-Nascidos com 23 a 34 semanas de gestação, arrancou, na manhã desta terça-feira, na província de Benguela.

Conforme uma nota de imprensa, a acção de capacitação é direccionado a profissionais de saúde, no âmbito do Programa de Formação de Recursos Humanos em Saúde, Cooperação Técnica Brasil-Angola.

A iniciativa é promovida pela Unidade de Implementação do Plano de Formação dos Recursos Humanos em Saúde (UIP-PFRHS), estrutura sob tutela do Ministério da Saúde de Angola, em parceria com a Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP) e a Sociedade Angolana de Pediatria.

A nota adianta, também, que a ormação conta com o apoio técnico de 13 especialistas brasileiros, que permanecerão no país até 10 de Outubro deste ano, conduzindo acções formativas nas áreas de neonatologia e cuidados intensivos neonatais.

Metas da formação

O propósito, esclarece o documento, é capacitar técnicos e profissionais de saúde angolanos nas seguintes áreas-chave, reanimação Neonatal, transporte do Recém-Nascido de Alto Risco e cuidados Neonatais Avançados.

A formação tem uma carga horária de 8 horas, combinando sessões teóricas e práticas, conforme as Directrizes da SBP (2022). Cada instrutor acompanha até 6 formandos, assegurando uma abordagem prática intensiva.

A certificação oficial da SBP será emitida mediante participação integral, nota mínima de 80% no teste teórico final,

desempenho prático mínimo de 90%, coordenação técnica e representação institucional.

Com esta acção, de Ministério da Saúde reafirma o seu empenho na redução da mortalidade neonatal e na qualificação dos profissionais de saúde, através da cooperação técnica internacional e da valorização dos quadros nacionais. (J.A.)++++

Turistas percorrem África a favor de isenção de visto.

Os integrantes da Campanha Trans-Africana de Turismo e Unidade defenderam, segunda-feira, em Luanda, a isenção de vistos em África, no intuito de facilitar a livre circulação de pessoas no continente. (J.A.)++++

Ministro do Interior quer mais disciplina dos agentes.

O ministro do Interior disse, segunda-feira, no município dos Navegantes, província de Benguela, que quer maior rigor na disciplina entre os efectivos dos distintos órgãos de Ordem e Segurança Nacional. (J.A.)++++

Músicos Deezy e Scró Que Cuia “estremecem” Marginal do Sumbe.

O segundo e último dia da IV Edição do Festival Nacional de Música “Festi Cuanza-Sul”, realizado no último sábado, na Marginal da cidade do Sumbe, ficou marcado pelas brilhantes actuações de Deezy, Johnny Ramos, Euclides da Lomba e Scró Que Cuia. (J.A.)++++

Criadores expressam valor da paz em obras.

Mais de 105 crianças, dos 4 aos 16 anos de idade, expressam, por via das artes plásticas, o valor da paz, numa mostra colectiva intitulada “Manta da Paz” apresentada, no sábado, no Mussulo, em Luanda, simbolizando a união, esperança e a resolução de conflitos. (J.A.)++++

Circuito de Teatro é considerado centro de crescimento artístico.

A extensão da 10.ª Edição do Circuito Internacional do Teatro (CIT), na província do Huambo, que decorreu de 16 a 20 do mês em curso, esteve inserida também no complemento das acções formativas que o projecto “Cultura Para Todos” desenvolve nos mais variados domínios das artes cénicas. (J.A.)++++

Exposição valoriza nomes da arte contemporânea.

A exposição colectiva “Constelação Angola” inaugurada, na noite de sexta-feira, no Espaço Luanda Arte (ELA), na capital do país, reúne obras de nomes incontornáveis e emergentes da arte contemporânea angolana que formam uma galáxia de vozes visuais, expressões criativas e afirmações identitárias.

Entre os artistas que têm obras na exposição constam os nomes de Vitex, Maria Belmira, António Olé, Francisco VanDúnem “Van”, Vidal dos Santos, Nelo Teixeira, Uolofé, Ricardo Kapuka, Yola Balanga, Lord Cave e Alcides Malaika.

Para essa exposição, os artistas usaram várias técnicas, nomeadamente a tinta acrílica, tinta de óleo, fotografias, colagens e papel. Além desses materiais, os artistas também usaram bidons, cadeiras e caixas, que Dominick Maia Tanner,

director do ELA, considera fundamentais e peças de museu, que são vendidas para a sustentabilidade dos criadores.

As obras ficam patentes na galria do ELA, até ao próximo dia 29 de Novembro.

Em declarações ao Jornal de Angola, Dominick Maia Tanner, curador e responsável pela exposição, disse que essa exposição não é apenas um agrupamento de artistas, é na sua óptica o reflexo vivo de meio século da Independência, resistência cultural e de permanente reivindicação criativa.

Os artistas angolanos, avançou, enfrentam desafios profundos fruto do contexto político instável, escassez de infra-estruturas culturais, dificuldades no acesso aos materiais, mercados e falta de políticas culturais sustentáveis.

Para o curador, a resiliência transformou-se em marca e a arte angolana floresceu com uma força própria, pois a geração pioneira abriu caminhos e conseguiu construir narrativas visuais que acompanharam a reconstrução nacional.

Por outro lado, os artistas jovens trouxeram novas linguagens, experimentações, conceitos e diálogos com a contemporaneidade global para as artes visuais e plásticas.

O produtor reforçou que as obras expostas são reflexos da qualidade dos trabalhos que os artistas têm apresentado, apelando ao Ministério da Cultura e demais entidades a apoiarem as artes plásticas que têm se destacado muito nos últimos anos no mundo criativo.

O Ministério da Cultura, reforçou, precisa incentivar também as artistas mães, pois as mesmas têm muitas dificuldades para desenvolver as suas actividades por causa dos filhos menores.

Durante a sua abordagem, Dominick Maia Tanner disse que a arte contemporânea angolana é um testemunho de

resistência e de afirmação, por traduzir a luta pela memória, a valorização da diversidade cultural e o desejo de proteger Angola de forma local endógena e além-fronteiras.

As obras reunidas nesta exposição, acrescentou, são fragmentos luminosos de um mesmo “corpo” que simboliza a arte angolana, afirmando que é urgente que a arte angolana conquiste o lugar que merece no universo da arte africana e internacional. (J.A.)++++

Serviços de Comunicação Institucional e Imprensa da Embaixada da República de Angola na República Portuguesa, 24 de Setembro de 2025.